

## Fronteiras étnicas, biodiversidade, conflitos e resistências na Amazônia

Amazônia é um espaço onde diferentes grupos sociais com nacionalidades distintas convivem, constituindo fronteiras não só territoriais, mas também fronteiras étnicas com interações e tensões sociais. Além de incluir seis estados do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima) e parte de outros três (Maranhão, Mato Grosso e Tocantins), a Amazônia está presente em mais oito países latino-americanos: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Este cenário revela um complexo emaranhado de relações culturais, políticas e econômicas, permeadas por marcadores de gênero, raça/etnia, classe social e religião. Assim as diferenças étnico-raciais são características marcantes da Amazônia, fazendo parte de um complexo fronteiro internacional. Ademais o constante trânsito de pessoas dos países fronteiriços impõe aos mesmos processos que constituem suas identidades na fronteira entre a identidade nacional e internacional, reforçando as dinâmicas de reconfiguração.

Ressalta-se que, os projetos implantados na Amazônia são elaborados a partir de fora da região e, muitas vezes representam interesses das elites regionais, nacionais e internacionais, mas ignoram as preocupações dos seus habitantes, nem possuem a sensibilidade ambiental necessária para a preservação do ecossistema, colocando em perigo a sua integralidade. Neste sentido, os direitos fundamentais são rotineiramente violados. Não são poucos os lugares onde o Estado de Direito é desconhecido, atropelado pelo poder financeiro que, não raro, resulta de financiamento público e de atividades ilegais que movimentam fortunas, subjagam povos, aniquilam o meio ambiente, tornando o crime a prática habitual e inconteste.

Esta lógica predatória que vem historicamente se consolidando na Amazônia gera conflitos causados, principalmente pelas políticas de desenvolvimento adotadas nesta imensa região, desembocando consequências desastrosas tanto para a sua biodiversidade quanto para as múltiplas etnias que a habitam. Estes conflitos perpassam não somente as zonas urbanas, mas também emergem nas áreas rurais, atingindo as comunidades tradicionais, principalmente, indígenas e quilombolas.

Tais conflitos possuem repercussões nacionais e internacionais, não somente por estarmos tratando de uma região importante na manutenção do ecossistema planetário (temperatura, umidade e diversidade biológica), mas também por ser um espaço vital que revela grupos sociais singulares, uma vez que abriga centenas de povos e culturas diferentes.

Contudo há uma resistência a estes processos de exclusão e desigualdades que se manifesta através de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, tais como: o Movimento Negro, Movimentos/Organizações Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais de Terreiros, reunindo grupos étnico-raciais que contribuíram na formação social e cultural da região. Tais grupos, que pelo revés da história, muitas vezes foram invisibilizados e silenciados, contemporaneamente, fazem o enfrentamento para construção de outra história de reconhecimento da dignidade humana.

No campo das ciências humanas e sociais, percebe-se o esforço intelectual, com consideráveis avanços na compreensão da Amazônia, sendo perceptível o crescimento de inúmeros estudos, desenvolvidos em diversos programas de pós-graduação vinculados a universidades presentes na região. Todavia, há ainda temas a serem pesquisados, ou outros que necessitam ser revisitados com enfoques diferenciados, relacionando questões ambientais, econômicas, sociais, culturais.

Comtemplando algumas destas questões, o dossiê nos brinda com quatro artigos sobre a Amazônia brasileira. Seguindo o percurso do processo de colonização da região, que produziu conflitos socioambientais à medida que avançava em direção ao Oeste, iniciamos este número com um artigo produzido no Estado do Pará intitulado, "ensino remoto em tempos de pandemia: reflexões a partir dos estudantes de Ciências Sociais em Marabá – Pará". Este artigo, que é fruto de um esforço coletivo, retrata as dificuldades do ensino remoto na Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (Facsat), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em participar do semestre letivo, que iniciou em setembro de 2020.

Neste trabalho, os autores mostram, através de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, as condições limitadas de acesso dos estudantes a equipamentos eletrônicos adequados, redes de dados disponíveis e estrutura física básica para estudos, que se impõem como barreiras à sua participação em aulas na modalidade remota, nos alertando que a universidade não poderia desconsiderar a realidade desses discentes sob pena de contribuir para aprofundar a exclusão social. É inegável que estas descobertas dizem respeito de alguma forma a todo o Brasil, que ainda se encontra diante do desafio da exclusão digital e tenta encontrar caminhos de integração entre a educação e a tecnologia.

O segundo artigo do dossiê expõe as tensões do processo de constituição identitária de povos quilombolas na fronteira do Estado do Amazonas com o Pará. O trabalho intitulado "Tudo por aí morava gente nossa! Os usos e os lugares da memória territorial nos processos de constituição da identidade étnica nos Quilombos do Rio Andirá, fronteira Amazonas/Pará" retrata

a luta pelo direito territorial das comunidades tradicionais baseando-se em memórias dos espaços transmitidas de geração para geração. Tais memórias, ao mostrarem os vínculos entre as gerações pretéritas e presentes no contexto dos territórios em questão, são mobilizadas para reconstituírem as identidades étnicas dessas comunidades e ao mesmo tempo garantirem a posse comum das terras banhadas pelo Rio Andirá, no Leste do Amazonas.

Não se restringindo ao aspecto quantitativo da presença afrodescendente na Amazônia, o artigo mostra que os quilombolas têm criado e acionado memórias que os ligam às experiências dos mundos do trabalho na Amazônia, com isso, (re) desenhando práticas socioculturais, capazes de indicar fronteiras étnicas e demarcar territórios simbólicos de pertencimentos que lhes garantem diferenciação frente às demais comunidades do leste amazonense. Dessa forma, tais comunidades se empenham em desenvolver estratégias discursivas, visando assegurar o reconhecimento dos seus territórios e das suas culturas.

O terceiro artigo do dossiê também se debruça sobre os territórios do Rio Andirá, tendo como título "Resistências quilombolas amazonenses: identidades e manifestações folkcomunicaçãois". O artigo retrata as formas de comunicação usadas por comunidades afrodescendentes como estratégias para evidenciar as suas identidades culturais, numa luta pelo reconhecimento no território. O estudo aborda a Folkcomunicação das comunidades de remanescentes quilombolas amazonenses mostrando suas resistências e identidades envolvidas em suas manifestações folk.

A cultura e identidade negra foram silenciadas durante muito tempo na História Oficial do Estado do Amazonas, mas a luta dos remanescentes e suas manifestações através de seus processos folkcomunicaçãois apresentam um olhar diferenciado sobre a identidade cultural do Estado. A leitura do texto nos convence que a folkcomunicação das classes subalternizadas evidencia a riqueza cultural desses grupos e a mensagem de luta, respeito, reconhecimento e manutenção das tradições dos antepassados negros.

O quarto artigo resgata os conflitos raciais na Amazônia Ocidental expressos no jornal *Alto do Madeira*, entre 1930 e 1940. Com o trabalho "Em busca de uma nação atlântica e não bugre: racismo e construção da desigualdade na ocupação da Amazônia Sul Ocidental (1930 – 1940)", averiguamos como a imprensa de Rondônia figurava as comunidades indígenas e outras populações regionais na esteira do avanço da modernização capitalista sobre Amazônia. As narrativas jornalísticas visavam naturalizar a apropriação dos territórios indígenas, a destruição das culturas desses povos e a exploração intensiva de sua força de trabalho, como também ocorria com os migrantes nordestinos.

Naquele contexto de tensões o artigo nos apresenta os processos de construção de hegemonia territorial, ocupação capitalista, disputas entre povos amazônicos e grupos político-econômicos ligados ao Estado nacional, disputas e outras interações entre militares e povos indígenas. Ao longo da leitura é perceptível que tais lógicas de intervenção ainda pautam as ações governamentais contemporâneas, renovando e aprofundando conflitos em toda a Amazônia. Trata-se de processos de hegemonia fundados em territorialidades definidas por hierarquizações autoritárias e excludentes, legitimadas por meio de pressupostos racistas etnocêntricos de controle e subalternização.

**Sandoval Alves Rocha:** Doutor em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - (Rio Grande do Sul - Brasil);

**Renilda Aparecida Costa:** Doutora em Ciências Sociais - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Professora da Universidade Federal do Estado do Amazonas - (Amazonas - Brasil);

**Nelson Obregón Neira:** Doutor em Ciências Hidrológicas - Universidade da Califórnia (Davis, EUA), Professor da Pontifícia Universidade Javeriana - (Bogotá - Colômbia);